



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

GABINETE DES. JOSÉ DOS ANJOS DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 202000827729	Número Único: 0035935-67.2019.8.25.0001
Classe: Embargos de Declaração	Situação: Andamento
Competência: Gabinete Des. José dos Anjos	Órgão Julgador: 2ª CÂMARA CÍVEL
Escrivania: Escrivania da 2ª Câmara Cível e Câmaras Cíveis Reunidas	Grupo: I
Distribuição: 24/08/2020	Processo Origem: 201900837237 - Gabinete Des. José dos Anjos
	Processo Vinculado: 201900837237

Situações Especiais

Impedimentos / Motivo

Assuntos

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Processo e Procedimento - Vícios Formais da Sentença

Composição do Processo

Relator	1º Membro	2º Membro
Des. José dos Anjos	Des. Luiz Antônio Araújo Mendonça	Des. Ricardo Múcio Santana de A. Lima

Dados das Partes

Embargante: JOSEVALDO DA SILVA SANTOS

Endereço: RUA B

Complemento: RUA 38, LOTEAMENTO PARAÍSO DO SUL,

Bairro: SANTA MARIA

Cidade: ARACAJU - Estado: SE - CEP: 49044415

Embargante: Advogado(a): ELTON SOARES DIAS 10289/SE

Embargado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Endereço: RUA SENADOR DANTAS

Complemento: 5º ANDAR

Bairro: CENTRO

Cidade: RIO DE JANEIRO - Estado: RJ - CEP: 20010000

Embargado: Advogado(a): KELLY CHRYSYTIAN SILVA MENENDEZ 2592/SE

Embargado: Advogado(a): KELLY CHRYSYTIAN SILVA MENENDEZ 2592/SE

Advogado(a): JOÃO ALVES BARBOSA FILHO 780/A/SE



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

**GABINETE DES. JOSÉ DOS ANJOS DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

GABINETE DES. JOSÉ DOS ANJOS DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202000827729

DATA:

31/08/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Contrarrazões realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

LOCALIZAÇÃO:

Escrivanía da 2ª Câmara Cível e Câmaras Cíveis Reunidas

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. DESEMBARGADOR RELATOR JOSÉ DOS ANJOS DA 2ª CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

PROCESSO: 202000827729

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresa seguradora previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSEVALDO DA SILVA SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^ª, apresentar suas

CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

mediante as razões de direito adiante articuladas:

Inconformado com a d. Sentença, interpôs o presente visando a reformada da decisão, sob alegação de que o Acórdão foi omissivo quanto o pedido nº 12 do recurso de apelação.

Não assiste razão ao embargante, vejamos trecho do v. Acórdão:

“Volvendo os ensinamentos para o caso dos autos, verifico que o sinistro ocorreu em 12/12/2014, contudo, em se tratando de invalidez permanente, o prazo prescricional **somente tem início a partir da ciência inequívoca da invalidez, o que apenas ocorre com a ciência do laudo médico que atesta a incapacidade permanente.**”

E isso se justifica porque para o homem médio, que não possui conhecimento acerca das especialidades médicas, mostra-se muito difícil apurar a natureza das lesões decorrentes do acidente, salvo, casos como, por exemplo, o da amputação de um dos membros, o que não é o caso.

Na hipótese dos autos, verifico que o laudo médico datado de 03/03/2016 atestou a existência de perda funcional de membro inferior esquerdo. Assim, considerando que a ação somente foi proposta em 12/07/2019, de fato, há que ser reconhecida a prescrição.

Vale salientar que os embargos declaratórios são espécie recursal com contornos específicos, assim, não poderá ter outra finalidade que não a de suprir uma omissão, esclarecer uma obscuridade ou eliminar uma contradição.

Diante disso, os embargos declaratórios não podem, jamais, ter a finalidade de modificar o conteúdo da decisão recorrida. A finalidade específica dos declaratórios deve ser, sempre, a de aclarar o julgado, eliminando uma contradição ou suprindo uma omissão.

Destaca-se que o objetivo, repita-se, deve ser sempre o de aclarar a decisão embargada.

A doutrina processualista é praticamente unânime ao negar admissibilidade a embargos de declaração que visam a modificar o julgado.

Cumpra registrar que os embargos de declaração manejados pela parte autora, é notório o seu descontentamento com a decisão proferida, descontentamento este que deverá ser apreciado em via recursal própria e não por meio de aclaratórios.

Frisa-se que o fato do n. Magistrado não conceder o que se requer não caracteriza omissão, nem tão pouco contradição.

Desta forma, não de ser acolhido o presente recurso, pois, o julgador não está obrigado a enfrentar todas as questões trazidas pelas partes, quando já encontrou fundamento suficiente tomar a sua decisão final.

Por fim, consoante ao artigo 1.022 do Código de Processo Civil, o manejo dos Embargos de Declaração condiciona-se indubitavelmente, à presença de obscuridade, contradição ou omissão no julgado, o que não ocorreu *in casu*, sem o que **não lhe impõe o acolhimento**, pois, o recurso em comento não é o meio hábil para modificar o julgado.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

ARACAJU, 28 de agosto de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/SE 780-A

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE

